

Da domesticação ao especismo

A hierarquização das relações sociais a partir de uma perspectiva anti-especista

Brian Augusto de Sousa

Mestre pelo programa de pós-graduação em filosofia, pelo Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Resumo:

Este artigo pretende traçar uma relação entre o desenvolvimento histórico das práticas de domesticação, e exploração animal, com a ascensão do especismo, enquanto ideologia proveniente do antropocentrismo moderno. Nosso trabalho apoia-se simultaneamente no material produzido por militantes anarquistas na causa da libertação animal e, de igual modo, nos teóricos que discutem a questão da relação entre o ser humano e o mundo natural, a fim de situar o antiespecismo enquanto pauta concernente a um projeto de revolução social.

Palavras-Chave: especismo; antropocentrismo; humanismo; domesticação.

Introdução

O anarquismo em sua gênese, em suas aspirações, em seus métodos de luta não está necessariamente vinculado a nenhum sistema filosófico. O anarquismo nasceu da rebelião moral contra as injustiças sociais. (Malatesta, 2009, p. 4).

A revolta, apontada por Malatesta como gênese da anarquia, ou a *“infatigável paixão”* (Bakunin, 1975, p. 7) que, para Bakunin, mobiliza a vontade rumo à criação de sua própria essência, impulso sempre presente do incômodo frente à escassez que penetra da pobreza material às limitações morais, impostas pela norma estabelecida de uma complexa rede de relações sociais baseadas na opressão dos que são colocados em situação de fragilidade por aqueles que possuem os meios para perpetuar o seu poder. O domínio do humano sobre o humano é equivalente ao domínio sobre a natureza, suas técnicas aprimoram-se para acentuar tais relações. Esta é a raiz da escassez sobre a qual a revolta arremete, é contra um campo inerte que busca suprimir os meios de existência e estancar a liberdade que todo ser senciente busca resistir ao fazer de si rebelião.

Revoltar-se é a resposta orgânica do desejo de liberdade nascente enquanto ato autocriador e de potência autodeterminante. O projeto de revolução social, modulação humana no campo histórico desse desejo transformado em ato político, mantém-se ao mesmo passo que os meios de dominação se tornam mais elaborados. Por tal razão, as pautas de mudança social tendem a acrescentar-se à medida que, também se acrescentam as ideologias opressivas, os atos e discursos pela libertação acompanham o desejo por liberdade em igual proporção.

A partir de tal consideração, propomos aqui pensar a relação entre a libertação animal e o anarquismo. Enquanto convergência, entre as questões sociais já interpoladas pelo debate sobre a construção da revolução social e o especismo, como ideologia incorporada na constituição do ideário ocidental moderno.

Nossa proposta busca posicionar o antiespecismo como conduta proveniente da revolta, de modo a acrescentar novo tom a esta e estendê-la para além dos limites do humanismo.

Especismo

O que é o especismo? Em linhas gerais, trata-se de uma ideologia que difunde a distinção entre animais humanos e não-humanos, a partir de uma definição de valores intrínsecos que posicionam sobre eles certa distância. Isto é, a partir do ponto de vista especista, há diferentes pesos para julgar o significado do humano em relação aos demais animais. Tal julgamento define-se, à primeira vista, por associar a seus diferentes modos de ser, diferentes valores, consequentemente atribuindo direitos desiguais quanto à preservação de sua existência e meios de sua subsistência.

Essa ideia encontra suas raízes na exacerbação dos valores humanistas cunhados pela filosofia de tradição ocidental, configurando-se como uma fetichização do antropocentrismo. A natureza, os seres que nela habitam e por ela têm suas formas particulares, são tomados a partir de seu aspecto de instrumento aos propósitos da esfera humana. Assim, retira-se qualquer caráter de “organismo”, de formas de vida que igualmente compõem um mesmo ecossistema, para submetê-las a título de utilidade relativa ao domínio humano sobre o mundo natural.

Entretanto, como toda ideologia, o especismo nasce de ações que possibilitam seu desdobramento em ideia e, posteriormente, sua mobilização social como forma de manutenção de determinada sistemática de atos. Em sua forma

prática, o especismo encontra suas raízes na exploração animal ao longo da história humana corrente. Se preferirmos, podemos afirmar que há traços de especismo que acompanham a história do dito mundo primitivo, mas o advento do humanismo iluminista assevera a separação entre humano e não-humano, enquanto base para as manifestações modernas de tal ideologia (o especismo). De igual modo, tais valores são gradativamente incorporados como um dos pilares da exploração capitalista sobre a natureza, seguindo o avanço da técnica sobre a mesma.

Podemos distinguir dois modos genéricos de especismo: Um deles, geral e elementar: estabelece as fronteiras entre animais, associando-se assim ao antropocentrismo. Nesta forma são consideradas duas manifestações opostas, a noção de humano e a de não-humano. A segunda: hierarquiza entre os animais não-humanos espécies que têm mais, ou menos, direitos que as outras. Por exemplo, nota-se esta segunda forma de especismo nas distinções de tratamento entre animais domésticos e animais culturalmente marcados para o abate, cujas relações com os humanos são estabelecidas a partir do papel social atribuído a estes animais.

O que mantém o especismo? Ou, de onde vem sua força de conservação? Há na ordem social presente uma relação de interdependência que constitui sua base ideológica. Podemos afirmar, os mesmos senhores beneficiam-se da exploração humana e não-humana, e suas práticas de dominância pouco distinguem seus alvos. A marca utilitarista que subjuga todas as formas de vida ao avanço do capital e à manutenção da ordem vigente é, em primeira instância, impessoal. Porém, a partir dela, há a proliferação de ideologias que disseminam a separação entre o conjunto de seres oprimidos, baseada na particularidade que concerne cada indivíduo em sua relação original com a materialidade que o cerca.

Assim, a força por detrás das instituições que conseguiram socialmente educar-nos, é a mesma força por detrás do racismo, especismo, sexismo,

classicismo, etc.. Seria razoável assumir então, que a maioria de nós, como produto das instituições do Estabelecido, fomos moldados socialmente para alimentar a opressão dentro, e entre todos nós. (Dominick, 2002, p. 7).

Tais ideologias discriminatórias são produtos de uma mesma ordem, constituem a complexidade das relações na sociedade, e permeiam umas às outras. De modo que, não seria prudente que nos voltássemos ao embate de uma delas e perdêssemos de vista sua relação com esta estrutura estabelecida. Naturalmente, a prática leva à ênfase em uma direção particular, contudo, o que se projeta é a articulação com um campo prático-inerte maior, onde a práxis desenvolve-se e encontra sua efetuação. Trata-se de pensar a ação a partir de seu campo de finitude, da necessidade de estrategicamente opor-se a todas as formas de dominação, sem resguardar-se de suas consequências.

O especismo engendra uma posição moral a respeito dos animais não-humanos. Tal posição se manifesta sob muitas formas, desde a prática da produção e consumo de mercadorias obtidas através da exploração animal, até a manifestação linguística consequente desses valores. Neste último estágio, podemos observar a concretização do afastamento, em diferentes graus, da esfera humana em relação às demais, tidas como não-humanas. Isto se realiza através da negação do estatuto ontológico elementar ao animal não-humano. Trata-se de um processo alienatório que retira dele sua identificação enquanto “ser” e o coloca como “instrumento”, “mercadoria”. Ao mesmo tempo em que, ameniza, e justifica, perante o humano a sua responsabilidade em relação aos outros campos da natureza, que aparecem para si como objeto de domínio irrepreensível. Cotidianamente, podemos observar esse processo desenrolar-se, ele se apresenta como o desconhecimento da cadeia produtiva da pecuária industrial, por exemplo, ou ainda, como a associação de características antropomórficas aos animais não-humanos. Um ideário dissidente das relações concretas que sustentam a exploração animal é constituído para supor-

tá-la enquanto prática aceitável. Perguntemo-nos, semelhante aparato ideológico não foi construído em outras ocasiões para justificar a opressão entre humanos?

O que identifica o especismo às outras ideologias presentes é tanto sua serventia àqueles que oprimem, quanto sua forma de ação concreta. O que o separa das demais ideologias é a sectarização dos que por ele são atingidos, e é somente esta sectarização que permite a afirmação de que a libertação animal é secundária em relação às demais pautas sociais – propriamente, esta afirmação é ela mesma parte do discurso especista. Há de se manter em mente o potencial revolucionário advindo da necessidade de se assumir o modo de vida antiespecista, seja como princípio de revolta moral, seja no correlato coletivo da ação política. Os dois níveis também se interpelam, igualmente o combate à exploração animal exige uma nova ética, nova política e nova economia. Não há sobreposição entre estes níveis, uma vez que, enquanto parte de um todo que é manifesto nos aspectos sócio estruturais, os indivíduos reúnem em si, a um só golpe, todas as determinações que os remetem à totalidade do ambiente social estabelecido, e são eles próprios frutos do processo de desenvolvimento histórico que define suas relações com o mundo.

Associar o antiespecismo à revolução social exige o engajamento completo contra os valores estabelecidos e os mecanismos que os mantêm. Tornar este princípio parte de um projeto de libertação mais ampla é o que possibilita a relação entre o anarquismo e a militância antiespecista, e, inicialmente, compreender as relações de produção não apenas como uma cadeia de exploração que atinge o humano, mas como uma cadeia de dominação que avança sobre toda a natureza é o passo inicial para derrubar o conjunto de ideias que nos impede de assumir completamente a gravidade desta questão.

A exploração dos animais no capitalismo

Quando falamos da relação entre seres humanos e animais, é importante não perder de vista o fato de que os seres humanos são animais também. (s/a, *Bestas de carga*, 2015. p. 8).

Por simples que soe este axioma, é a partir desta afirmação que precisamos estabelecer qualquer discurso de tom antiespecista. No intuito de compreendermos a relação entre a exploração capitalista e o especismo, é necessário que preservemos tal asserção como fundo para o desenvolvimento teórico acerca do tema. A rigor, humanos, ou não humanos, são colocados sob uma mesma estrutura autoritária, cabe-nos agora olhar mais de perto como essa ordem manifesta-se concretamente, até o limite onde o animal humano é alienado da potência de identificação com os demais animais.

A relação de subordinação das espécies não-humanas tem sua origem, evidentemente, em tempos anteriores à modernidade. Poderíamos traçar, a exemplo dos estudos acerca do primitivismo de John Zerzan, uma narrativa que relaciona o processo de domesticação nas sociedades primitivas como o ponto original da relação que se manifesta atualmente sob a forma contemporânea do especismo. A ênfase na produção agrícola certamente constitui um ponto de mudança na dinâmica social de nossos antepassados, porém, por outro lado também poderíamos remeter a teorias que apontam o sentido oposto: a domesticação das plantas e animais como proveniente da hierarquização nas sociedades primitivas, como sugerido pelo arqueólogo Ian Hodder em *Studies in human-thing entanglement*.

O que há de comum entre as duas teorias é o fato de que ambas discorrem acerca de um ponto na história arcaica do processo civilizatório onde há a transposição de um estado onde as demais espécies eram vistas em seus próprios modos de ser particulares, conservando certa autonomia perante a consti-

tuição do mundo humano e, em alguns casos, elevadas ao totemismo aplicado ao mundo natural que cercava a realidade humana; para, em oposição, uma compreensão hierarquizada das relações entre os animais, em primeiro grau, no interior dos agrupamentos humanos e, em segundo, de distinção entre o humano e as demais espécies. A domesticação, como sugere Hodder, é mecânica de estreitamento da ordem social estabelecida nas sociedades do período neolítico, sendo predecessora ao processo de desenvolvimento econômico em tais sociedades e proveniente do estabelecimento de subgrupos dominantes neste contexto. A domesticação de plantas e animais, também aparece aqui como metáfora à domesticação do humano sobre si mesmo. A nossos propósitos neste texto, cabe a observação: em tal estágio do desenvolvimento das relações humanas com o mundo natural, o especismo encontra-se ainda em forma germinal. De modo que, a manifestação moderna dessa ideologia possui origem unívoca: o processo domesticatório, que em suas últimas consequências passa a alterar a constituição física das plantas e animais outrora selvagens.

A história da propriedade privada encontra-se enlaçada ao processo de domesticação. O rebanho e a plantação são considerados em associação à sua função produtora de riqueza, não apenas como dispositivo de subsistência para o grupo de indivíduos que se serve de sua manutenção, mas como distinção de poder entre aqueles que os possuem. Moldada a partir da domesticação, a prática da agricultura na antiguidade passa a assumir o aspecto de atividade intensiva, isto é, desenvolve-se como atividade que exige a reorganização das rotinas de trabalho e redistribuição dos recursos nela empregados. A noção de propriedade sobre a terra cultivada e sobre o montante de animais domesticados desenvolve-se como atribuição de novos valores a respeito do mundo natural: matéria-prima, força de trabalho e mercadoria. Em outras palavras, o gado selvagem, que em tempos onde a atividade predominante era a caça, torna-se objeto a ser dominado, matéria a ser subordinada a uma ordem produtiva mais elaborada e signo de valor para o indivíduo, ou grupo, que o possui. A possibilidade de se manter recursos excedente logo se manifesta

como riqueza, mecanismo de troca entre grupos distintos e agrega à posse de determinada porção de terra (hábil a ser usada como pasto ou lavoura) seu sentido econômico. Mais ainda, a ideia de herança inicialmente volta-se à passagem dos recursos naturais entre as gerações de indivíduos que integram por laços de parentesco os grupos dominantes. Assim, mesmo no caso que afirma Ian Hodder, a distinção de poder original que motiva o domínio econômico de uma parcela do grupo sobre todo ele, assevera-se ao passo que a domesticação se desenvolve e se integra à propriedade privada. As duas noções passem a caminhar em pé de igualdade durante a história e venham a se manifestar na modernidade sob o modelo da economia capitalista.

Sobre as relações modernas do ser humano com a natureza, podemos observar o acento ao domínio técnico como sistemática de subordinação do mundo natural, como afirma Thomas Keith, em *O homem e o mundo natural*, “[...] ao começar o período moderno, o predomínio do homem sobre o mundo da natureza seria a meta incontestada do esforço humano.” (Keith. 2010 p. 344). Por que tal fenômeno torna-se um símbolo fundamental da modernidade? O que destaca a noção moderna de predomínio sobre a natureza das práticas anteriores de domesticação?

Tracemos um esboço do pensamento europeu predominante no princípio da modernidade para compreendermos alguma de suas bases. Começamos então, pela noção de sujeito, estabelecida pela filosofia ocidental como estrutura comum do humano. Se tomarmos a filosofia cartesiana, como expoente do conceito de subjetividade, encontramos em *Meditações concernentes à primeira Filosofia*, o traço de um limite dicotômico entre a *coisa pensante* e a *coisa extensa*: O sujeito é apresentado através de sua atividade consciente em relação aos demais seres que constituem o mundo, limitados ao estatuto de pura corporeidade e, eventualmente referidos como formas autômatas de vida. Em rigor, o sujeito exerce sobre o mundo que o circunda uma atividade de dominação fundada em sua capacidade analítica, a racionalidade, além de definir o seu modo de ser, o coloca como superior mediante às demais criaturas e o im-

pulsiona ao objetivo do conhecimento acerca das substâncias corpóreas. No entanto, a filosofia cartesiana, apesar de estar situada nos primeiros tempos da modernidade, não é de toda responsável pela criação do antropocentrismo, mas sim, um evento possível a partir dessa ideologia e que contribui para o seu estabelecimento enquanto traço dominante no pensamento moderno. Poderíamos apontar tantos outros filósofos que no mesmo período direcionam seus projetos a tal intenção.

Neste momento da história da filosofia a domesticação volta-se ao humano. No sentido de estabelecer, tanto a base filosófica para o desenvolvimento de um modelo cultural ligado a valores seculares, quanto, o de lançar mão desta mesma base para compreender o “novo mundo”. Há uma proximidade brutal entre as práticas de domesticação e a colonização e, igualmente, há a necessidade de estabelecer um pensamento que ratifique tais práticas e as situe como marcas de uma superioridade civilizatória.

Thomas Keith assinala o papel das ferramentas de dominação sobre os animais como precursoras dos meios utilizados pelos europeus em relação aos trabalhadores em regimes de escravidão: a semelhança entre as negociações de compra e venda de gado com os mercados de escravos, a definição de seu valor de troca a partir de sua aptidão para o trabalho e seus caracteres físicos, as técnicas de aprisionamento e transporte. Práticas que, de acordo com Keith, foram desenvolvidas por séculos no tratamento aos animais e incorporadas posteriormente nos regimes escravocratas. Carol J. Adams estende essa discussão e, estabelece a relação entre o consumo de carne o seu papel social no reforço das relações hierárquicas de classe, sexo e raça:

No século XIX os defensores da superioridade branca apoiavam a carne como um alimento superior. Os “trabalhadores do cérebro” precisavam de carne magra como principal componente de sua refeição, mas as classes “selvagens” e “inferiores” da sociedade podiam viver exclusivamente de alimentos mais ordinários – isso de acordo com George Beard, um médico

do século XIX especializado em doenças de pessoas da classe média. (...) Para ele, bem como para muitos outros, os cereais e as frutas estão abaixo da carne na escala da evolução, e por isso são os alimentos adequados às outras raças e às mulheres brancas, que também pareciam estar mais abaixo na escala evolutiva. (Adams, 2012, p. 64).

A implementação do sistema fabril ao processo produtivo moderno, extenuante simultâneo da força de trabalho humana e sistemática, ainda mais, enfática na produção da mercadoria de origem animal, define uma nova fase da relação entre seres humanos e animais. A linha de montagem moderna, no entanto, não somente agrava as práticas especistas, mas em algum ponto liga-se a elas desde a sua origem. Em *Eternal Treblinka: Our Treatment of Animals and the Holocaust*, Charles Patterson, refere-se ao contato de Henry Ford com os matadouros de Chicago (episódio registrado na autobiografia de Ford) como um encontro decisivo com o modelo elementar que Ford adaptaria à sua teoria da linha de produção, bem como na aplicação da mesma forma de organização durante o regime nazista:

This process, which hoists animals onto chains and hurries them along from station to station until they come out at the end of the line as cuts of meat, introduced something new into our modern industrial civilization — the neutralization of killing and a new level of detachment. (Patterson, 2002, p. 725).

Patterson registra a profunda admiração causada pelas ideias de Ford entre Hitler e seus partidários, em especial a admissão dos livretos antissemitas de Ford publicados em 1920, sob o título *The international jew*, que foram altamente distribuídos entre os membros da juventude hitlerista durante a época de ascensão do regime nazista (Patterson, 2002, p. 78). A banalização da matança do gado na linha de produção dos matadouros de Chicago antecede sua assimilação pelo fordismo, bem como é um protótipo da experiência nazista dos campos de extermínio, mas destacamos também o seu papel em relação à

produção da mercadoria animal. Tal ponto é talvez o início da última etapa do processo que sustenta o especismo: a dissociação do processo produtivo com o produto final através de sua segmentação.

É a partir de tal dissimulação, entre os atos de domesticar e manter animais para a exploração e a veiculação posterior em um sistema de troca de mercadorias que possibilita a fetichização desses produtos. O fetichismo que se manifesta pelo eufemismo linguístico que distancia a carne consumida do animal abatido do processo que mantém sua cadeia produtiva; ou ainda, a associação entre os animais não-humanos às formas de tratamento pejorativo relativas aos humanos, que analogamente são dispostas com o fim de perpetuar a hierarquia entre classe, raça e sexo, ressaltadas por Carol J. Adams. A naturalização da exploração dos animais não-humanos constitui, em suma, a naturalização das formas de domínio e hierarquia entre os humanos, e manifesta-se historicamente em conjunto com os interesses dos grupos sociais dominantes.

Considerações finais

Como podemos pensar a ideia de liberdade? Como podemos engajar-nos em um projeto de revolução social?

Certamente, há a necessidade de compreendermos as relações de domínio sobre a natureza como consequência do antropocentrismo, já decadente, que constitui a ideologia dominante de nossa época. Já não há mais espaço para tratarmos de uma noção de libertação que não seja necessariamente a oposição a tais mecanismos de hierarquização. De maneira semelhante a que outras pautas sociais vêm ao encontro da ação revolucionária, o antiespecismo requer o seu lugar, requer que pensemos as relações entre humanos e não-humanos e o papel da técnica na manutenção desta fronteira. Se arriscarmos a investigar os limites do que consideramos como “humanidade”, veremos que, de fato, eles nunca existiram, senão enquanto imposição sobre o mundo

natural. Trata-se, não de um debate a ser feito à margem dos demais, mas traçado em conjunto com as questões de classe, raça, sexualidade, gênero e identidade, por exemplo. E, ainda assim, é de total importância que a discussão sobre o especismo seja também autônoma naquilo que diz respeito às suas particularidades, constituída enquanto propriedade básica da relação entre humanos e não-humanos. É chegada a hora, tardia, de estender a luta por liberdade aos seres que foram relegados pela história ao papel de instrumento, mercadoria, domesticados e ostensivamente explorados pela ideia estabelecida de humanidade.

Referências bibliográficas:

ADAMS, Carol J. *A Política Sexual da Carne: A relação entre o carnivorismo e a dominação masculina*. Tradução de Cristina Cupertino. 1ª Edição.: Alaúde Editorial, São Paulo. 2012.

BAKUNIN, Mikhail. *O conceito de liberdade*. Tradução: Jorge Dessa. Edições RES limitada. Porto, 1975.

BESTAS DE CARGA, autoria anônima. Tradução: Victória Monteiro e Vinicius Siqueira. Colunas tortas, São Paulo. 2015.

DESCARTES, R. *Meditações concernentes à primeira filosofia*. In: Coleção Os Pensadores. Editora Tradução: J. Guinsburg e Bento Prado Jr. Nova Cultural, São Paulo. 1996.

DOMINICK, Brian A., *Libertação animal e revolução social: Uma perspectiva vegana do anarquismo ou uma perspectiva anarquista do veganismo*. Discórdia edições, Braga. 2002.

HODDER, Ian, *Studies in human-thing entanglement*. Publicado somente online, sob licença Creative Commons (CC BY 4,0). 2016.

KEITH, Thomas. *O homem e o mundo natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800)*. Tradução: João Roberto Martins Filho. Editora Scharwcz LTDA, São Paulo. 2010

MALATESTA, Errico. *Anarquismo e anarquia*. Tradução: Felipe Corrêa. Faísca produções libertárias. 2009.

PATTERSON, Charles. *Eternal Treblinka: Our Treatment of Animals and the Holocaust*. Lantern Books, Nova Iorque. 2002.

ZERZAN, John, *Futuro primitivo*. Obra traduzida e disponibilizada por: Coletivo Sabotagem. 1994.